



Após década de 90, mercado de trabalho em SP cresceu mais no interior

Publicado em [Pesquisa](#), [USP Online Destaque](#) por [Redação](#) em 29 de agosto de 2014

Caio Albuquerque / Assessoria de Comunicação da Esalq



Foto: Marcos Santos / USP Imagens

Levantamento apontou maior crescimento do emprego e do salário fora das regiões metropolitanas do estado de SP

O Estado de São Paulo vivenciou, durante a segunda metade do século 20, um processo de urbanização acelerado, o que resultou em conglomerados urbanos que concentraram não somente a maior parcela da população quanto os postos de trabalho. “A formação de regiões metropolitanas, concentrando a oferta de emprego e pagando elevados salários, foi um fato normal no Brasil na segunda metade do século passado. O processo de desconcentração das atividades econômicas foi, muitas vezes, considerado como fruto da geração de novas metrópoles, sendo que algumas conseguiram se fundir fisicamente”, comenta a economista Camila Kraide Kretzmann, autora de um estudo que analisa a evolução dos salários e empregos entre as regiões metropolitanas e não metropolitanas do Estado no período de 1998 a 2012.

Desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Economia, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (USP), o estudo discute os diferenciais existentes no mercado de trabalho entre as regiões metropolitanas e não metropolitanas, apoiando a ideia de que o interior vem crescendo mais do que as metrópoles. Com orientação do professor Carlos José Caetano Bacha, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES), a pesquisa averigua as diferenças salariais e de geração de emprego existentes entre as regiões metropolitanas (RM) e não metropolitanas (RNM) do estado de São Paulo. “Convém observar que as quatro RM de SP (Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) foram agrupadas. Os municípios das demais regiões do estado pertencem à região não metropolitana

de SP”, pondera a autora do trabalho, que teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



Foto: Marcos Santos / USP Imagens

O estudo reforça que, a partir da segunda década de 1990, tem-se observado o crescimento do emprego e do salário no interior de alguns estados, que não são frutos da criação de novas áreas metropolitanas. “Um caso importante a estudar é o do Estado de São Paulo, pois além de ser o mais rico do país, detendo 32,6% do PIB brasileiro em 2011, também se observou o maior crescimento do emprego e do salário fora de suas quatro regiões metropolitanas. Essas detinham 71,8% do emprego formal em 1998 e 69,5% em 2012”, ressalta Camila. Na prática, a pesquisadora analisou os determinantes do emprego e do salário das pessoas empregadas formalmente nas regiões metropolitanas e não metropolitanas do Estado de São Paulo, no período de 1998 a 2012, fazendo uso de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que informa sobre o emprego e o salário médio por município.

As equações foram estimadas a partir de um painel balanceado de 645 municípios de 1999 a 2011. “Notamos que as RMs do estado de SP são melhores do que as RNM, tanto em relação ao número de emprego formal quanto ao salário médio real, porém, de 1998 até 2012, houve aumento do emprego no interior em detrimento das metrópoles e a diferença salarial entre as regiões caiu 53% no mesmo período”. O salário médio pago nas RMs foi 39,8% superior ao pago nas regiões não metropolitanas em 1998 e em 2012 foi 20,2% superior ao salário pago nas RNM. O diferencial salarial entre as regiões indicou uma redução em 5,4% a.a. ao longo do período analisado.

Determinantes



Foto: Marcos Santos / USP Imagens

A tese analisou os determinantes do emprego e do salário das pessoas empregadas formalmente nas regiões metropolitanas e não metropolitanas do estado de São Paulo. “Empregamos os dados da RAIS, agregados por municípios, e usamos a combinação de referenciais teóricos da economia regional e da economia do

trabalho, deduzindo e estimando duas equações – uma de salário e outra de emprego – para quantificar os efeitos de variáveis, classificadas em pessoais, regionais e econômicas, sobre os salários e o emprego.

Entre as variáveis de primeira natureza, o clima não apresentou impactos estatisticamente significativos sobre os salários e o emprego. “O fato de o município ter área de litoral, o que poderia implicar no trabalhador abrir mão de salário em favor de lazer, não impactou os salários, mas gerou mais emprego no município, provavelmente devido aos serviços que atendem aos turistas”. Quanto às variáveis de segunda natureza, o PIB per capita teve impacto positivo sobre o salário e o emprego, bem como a participação do setor serviços no PIB do município. “Percebemos assim a importância de as políticas públicas serem voltadas para o desenvolvimento regional, principalmente para os municípios do interior do estado de SP, que vem tornando mais dinâmico seu mercado de trabalho, principalmente em relação aos aumentos salariais”, conclui a economista.